

# Luciana Justiniani Hees

Do “crescimento zero” às “comunidades de paisagem”:  
A influência do movimento ambientalista na Nova Museologia

# Do “crescimento zero” às “comunidades de paisagem”: A influência do movimento ambientalista na Nova Museologia

**Luciana Justiniani Hees**

lucianahees@gmail.com

## **RESUMO**

O objectivo deste artigo é expor como o novo paradigma da relação homem-meio ambiente influenciou a Nova Museologia. Através da apresentação de processos históricos, e dos documentos fundamentais que transpiram as novas formas de salvaguardar o património, pontuo as mudanças que se processaram na Nova Museologia e que colocam os museus contemporâneos como os pólos gestores das “paisagens culturais” do seu entorno. Este texto é parte da minha dissertação de Mestrado, cujo objectivo é a elaboração de um projecto museológico – talvez um ecomuseu – para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Ecomuseus; Museus de território;

Movimento ambientalista;

Nova Museologia;

Desenvolvimento sustentável.

## **ABSTRACT**

*The purpose of this essay is to expose how the new paradigm of man-environment relationship has influenced the New Museology. Through the presentation of some history processes and fundamental new documents for safeguarding heritage, I point out changes that have taken place in the New Museology and which rendered contemporary museums as the management centers of their surrounding “cultural landscapes”. This essay is part of my Master dissertation which aims to develop a museological project – perhaps an ecomuseum – for the Parque Nacional da Serra dos Órgãos, in Rio de Janeiro State, Brazil.*

## **KEYWORDS**

*Ecomuseums; Territory museums;  
Environmental movement;  
New Museology;  
Sustainable development.*

## **NOTA BIOGRÁFICA**

Licenciei-me em Desenho Industrial, mas a minha prática profissional fez-se em Ilustração e Design Gráfico. Atuei, principalmente, junto a programas de cunho social e ambiental – elaborei projetos de livros, programas de rádio, materiais didáticos. No percurso destes trabalhos acompanhei grupos de ativistas; adaptei conteúdos e linguagens aos diferentes públicos; testei materiais com grupos focais; observei diferentes culturas e comportamentos; e intensifiquei os meus questionamentos sobre a construção da nossa espécie. Dez anos em Moçambique conduziram-me ao Mestrado em Museologia, que surgiu como a mais multidisciplinar das áreas de estudo, capaz de atender a esta panóplia de experiências e curiosidades.

## **BIOGRAPHICAL NOTE**

*I hold a Degree in Industrial Design, but my professional practice was in Illustration and Graphic Design. I have worked mainly with social and environmental programs - I designed projects for books, radio programs and didactic materials. In the course of these works I accompanied groups of activists; I have adapted content and languages to different audiences; I tested materials with focal groups; I observed different cultures and behaviors; and I have intensified my questions about the construction of our species. Ten years in Mozambique led me to a Master’s degree in Museology, which emerged as the most multidisciplinary of study areas, capable of attending to this panoply of experiences and curiosities.*

## INTRODUÇÃO

O conceito de “património natural” relaciona-se com tudo o que é construído pelo homem. Ao longo do século XX, as ações para a sobrevivência da espécie humana perpetradas no meio ambiente natural acentuaram-se, deparando-se com os limites suportáveis por este meio. A percepção da relação homem-meio ambiente natural como um sistema deu início a uma reconfiguração nesta relação. Num primeiro momento, o homem conferiu à Natureza o estatuto de “Património Mundial da Humanidade”, recomendando a sua preservação. Num segundo momento acordaram-se princípios para a sua gestão, fazendo surgir o paradigma do “desenvolvimento sustentável”. Este paradigma trouxe a flexibilização dos diversos usos possíveis dos bens da natureza, como também dos demais bens patrimonializados. A Nova Museologia surge não somente como uma consequência dessas mudanças, mas também, ela própria, como uma propulsora de reconfigurações das relações homem-meio que se mostraram necessárias. Tais respostas da Museologia, e das Ciências do Património em geral, manifestaram-se através de acordos, declarações, consensos, e também de práticas efetuadas ao longo da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI. No presente artigo, abordo este processo de transformação homem-meio ambiente natural a partir da década de 1950, os seus reflexos na Museologia, os principais documentos elaborados na área patrimonial que se relacionam com este processo, e os contornos que a Nova Museologia adquiriu.

## REGRAS PARA UMA BOA CONVIVÊNCIA

De 1950 a 2010 a população mundial passou de 2.5 bilhões para 6 bilhões. Para atender às necessidades da população em constante crescimento, desenvolveram-se infra-estruturas, produtos industriais e serviços, desencadeando sistemas com efeitos nocivos à vida do próprio homem. A Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial são parte deste processo histórico que levou ao aumento populacional – impossível sem o desenvolvimento tecnológico e científico (Moran, 2010).

A década de 60 do século XX é considerada um marco para o mundo contemporâneo. Ela acumula não somente as incertezas do pós guerra na própria humanidade, como também intensifica as ações humanas no meio-ambiente natural, conduzindo à acentuação das suas consequências. As alterações climáticas; o aumento de pragas e doenças; a redução das pescas; a elevação do nível do mar, e a redução da biodiversidade são destacadas como algumas das consequências das ações humanas nesse meio (Moran, 2010; US EPA, s/d.). Essas alterações no meio ambiente natural fazem da década de 1960, também, um marco para o movimento ambientalista (Gotoh & Udoguchi, 1993; Hughes, 2001; Moran, 2010; US EPA, s/d.).

O surgimento da doença de Minamata – doença que afeta o sistema nervoso central, provocando falta de coordenação motora e deformações nos fetos, foi um dos primeiros factos que levou

os cientistas a perceberem o homem e a natureza dentro de um mesmo sistema. Provocada pelo metil-mercúrio eliminado na água residual das atividades industriais, a doença de Minamata atinge a espécie humana através da cadeia alimentar homem-pescados. Em 1956 surgiu o primeiro caso na Baía de Minamata, no Japão, envolvendo a Chisso Corporation (Ministry of the Environment, Government of Japan, 2014). Somente em 1968 foi confirmada a causa da doença e a ação danosa do mercúrio no meio-ambiente (Hachiya, 2006).

A construção da barragem de Aswan no Egito, iniciada em 1960, e o risco de inundação de diversos monumentos históricos e arqueológicos, exigiu ações que cruzavam considerações do desenvolvimento tecnológico, do impacto ambiental, das dinâmicas sociais e da preservação do património cultural. A transferência dos monumentos da Ilha de Philae, sob coordenação da UNESCO, durou 20 anos – de 1960 a 1980 (UNESCO, s/d.).

No decorrer desses 20 anos – entre 1960 e 1980, os debates científicos levantaram questionamentos sobre o crescimento populacional e o uso dos recursos naturais. Inúmeras publicações do fim da década de 60 e início de 70 divulgavam dados alarmantes para o futuro do planeta. Entre estas publicações destaca-se *The Limits to Growth* (1972), cuja ideia central era o “crescimento 0” (Oliveira, 2012). Foi neste contexto – das previsões alarmantes de diversas publicações, dos envenenamentos ambientais e de doenças ainda desconhecidas, da construção da Barragem de Aswan, que a Primeira Conferência Internacional do Meio-Ambiente Hu-

mano foi realizada em Estocolmo. Em 1968 foi feita a convocatória inicial para o evento, que ocorreu em 1972. Organizada pela então criada United Nations for Environment Programme - UNEP<sup>1</sup>, a conferência iniciou o debate internacional sobre uma melhor compatibilização entre o desenvolvimento e o uso dos recursos naturais (Brandão, 2012; Grieger, 2014).

Na Conferência de Estocolmo foi elaborada a “Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural da Humanidade” e a natureza foi reconhecida como património. O valor dos bens culturais e naturais foi equiparado, reconhecendo-se que a degradação ou o desaparecimento de qualquer um deles representa um empobrecimento para os povos (UNESCO, 1972). Como património natural ficaram estabelecidas “todas as formações físicas e biológicas ou grupos destas formações; formações geológicas e fisiográficas delimitadas, que constituem habitats de espécies vegetais e animais ameaçadas e áreas naturais que, sob o ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural apresentem características excepcionais” (Art. 2). Todos os elementos formadores de ambientes naturais foram abrangidos pela convenção – biológicos, geológicos e hídricos –, não somente pelas suas propriedades científicas necessárias à sustentabilidade da vida no planeta, como também pelas suas propriedades estéticas e paisagísticas.

Regida por consensos e regras acordados entre nações, num movimento top-down, a natureza tornou-se um bem a ser protegido, conservado, valorizado e transmitido para as futuras gerações. Entre os riscos citados na Convenção de

1972 estão “empreendimentos de grande porte públicos ou privados, desenvolvimento urbano e turístico acelerados, destruição devida a mudanças de uso, alterações profundas por causas desconhecidas e abandono por qualquer motivo” (Art. 11, 4). O homem é o responsável por grande parte dos riscos aí citados, que em essência resultam da luta pelo suprimento das necessidades físicas e biológicas da espécie humana (Geertz, 1973). Proteger a natureza implica impedir que os efeitos danosos provocados por manifestações humanas a deteriore. Proteger a natureza passa, portanto, pela gestão das manifestações da espécie humana no meio ambiente. Este reconhecimento da natureza como património mundial traz consigo um novo paradigma, e coloca a questão ambiental como um mote regulador das manifestações humanas.

Outro documento também elaborado na Conferência de Estocolmo de 1972, mas de carácter económico – a “Declaração do Meio-Ambiente Humano”, coloca a “preservação da natureza” como o padrão a ser considerado<sup>2</sup>. O resguardo total dos bens da natureza e a preservação de todas as suas características fica estabelecido como um modelo. Na Declaração lê-se – “Os recursos naturais... devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras” (princípio 2), e ainda – “o homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o património da flora e da fauna silvestres e seu habitat” (princípio 4). Sendo a natureza fonte de recursos primários para o desenvolvimento económico, o novo paradigma entra, porém, em conflito com os padrões de desenvolvimento dominantes no mundo (Oliveira, 2012). A sua reformulação

ocorrerá em 1987, quando é publicado o Relatório Brundtland<sup>3</sup>, inaugurando a expressão “desenvolvimento sustentável”. Definido como “um meio de assegurar o suprimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades”, o desenvolvimento sustentável conjugava uma percepção integrada de crescimento económico, desenvolvimento social e uso dos recursos naturais (UNECE, 2016).

Em 1992, como uma nova edição da Conferência de Estocolmo, acontece no Rio de Janeiro a Conferência Sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento. Esta Conferência será a responsável pela propagação do conceito de “desenvolvimento sustentável” elaborado no Relatório Brundland (Oliveira, 2012). A “nova ordem mundial”<sup>4</sup> é a base do documento produzido na Conferência – a “Declaração do Rio” (Oliveira, 2012) que, por sua vez, influencia a produção de inúmeros documentos<sup>5</sup>. A nova edição da Conferência de Estocolmo, que originalmente trazia no título o “Meio-Ambiente Humano”, surge agora com o título o “Meio-Ambiente e o Desenvolvimento” e marca uma nova fase na legislação internacional do património – o princípio da “preservação” dá lugar ao princípio da “conservação”.

### **O MUSEU FORA DE PORTAS: UMA NOVA MUSEOLOGIA PARA UMA NOVA ATMOSFERA**

Tanto o ambientalismo da década de 1960, quanto o “novo ambientalismo” do “desenvolvimento sustentável” produziram efeitos na

Museologia. Em outras palavras, tanto a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Humanidade (1972), quanto a Declaração do Rio (1992) fizeram-se sentir no delineamento da Nova Museologia.

No ano da Conferência de Estocolmo, em 1972, foi promovida pelo ICOM a Mesa Redonda do Chile. O documento produzido na Conferência recomenda o “museu integral” – um museu integrado ao seu entorno e voltado para questões concernentes à relação do homem com o meio. No documento, estimulam-se programações museológicas que sirvam “à conscientização dos problemas do meio rural», que informem os habitantes “das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades”, e que “incentivem o desenvolvimento tecnológico com base nas condições reais das comunidades” (Junior, Trampe, & Santos, 2012). O conceito de “museu integral” assume os museus como espaços voltados para o público e destaca o papel histórico da museologia como instituição que participa na educação não formal. Além das funções tradicionais do museu – guardar, conservar, pesquisar e divulgar –, o “museu integral” salienta a função de “comunicar-se” com o público. Não mais apenas “divulgar” as coleções, mas relacioná-las com o público e inserir as questões do público nas programações museológicas passam a ser objectivos a atender. Resultante dos contextos da América do Sul, nos quais a educação formal não supre as necessidades de partes significativas da população, a proposta de um museu integral revela um posicionamento sociopolítico da museologia. Sendo um espaço de uso público, propõe-se um museu “para” o público, que supra as suas necessidades de in-

formação e esclareça as questões que o afetam direta ou indiretamente.

Na França, a museologia aliou-se à agenda política governamental de desenvolvimento sócioeconómico das áreas rurais. Já em 1957, Hugue de Varine e Devallé tinham sugerido ao governo a criação dos “ecomuseus”. Concebidos como instrumento para a salvaguarda do património cultural rural integrado à conservação da natureza, estes museus, efetivados a partir de 1962, propunham a participação ativa e voluntária dos cidadãos locais, integrando seus saberes e costumes. Apesar do nome sugestivo e de ter surgido no contexto do movimento ambientalista, é o envolvimento comunitário e participativo o diferencial neste conceito de museu. O ecomuseu engloba “o ambiente natural, o fabricado e o social em que as pessoas vivem” (Davis, 1999), possibilitando que os diversos elementos que constituem o território – paisagem, natureza, memórias, tradições culturais –, estejam conectados (Davis, 1999). Ao agregar a museologia às agendas de desenvolvimento sócioeconómico e à participação das comunidades em áreas de conservação do meio-ambiente natural, os ecomuseus parecem ter surgido como uma possibilidade de “desenvolvimento sustentável”, antes mesmo do surgimento deste conceito. As metodologias participativas foram empregues nas várias etapas de implementação dos ecomuseus. A delimitação das áreas, a identificação e manutenção das tradições culturais, e a interacção com o público visitante contaram com a consulta e o envolvimento dos habitantes das regiões abrangidas pelo projecto (Davis, 1999). A participação comunitária é, portanto, a base da fi-

losofia dos ecomuseus e perpassa todo o seu processo de implementação e manutenção.

A Nova Museologia traz consigo esses dois ideais de museu que surgiram no século XX – o do “museu integral” e o do “ecomuseu”. Ela tanto absorve o ambiente exterior para dentro do espaço museológico, flexibilizando a sua programação para a diversidade de públicos e as suas particularidades e questões, quanto projeta-se para o ambiente exterior, dispensando os limites físicos do museu tradicional. O movimento ambientalista manifesta-se, então, na Nova Museologia, através de instituições museológicas que se articulam dentro do sistema homem/meio-ambiente.

Se, de um lado, houve um movimento que partiu da museologia e traçou relações dos acervos culturais com as comunidades e o meio, no âmbito da conservação da natureza ocorreu o movimento inverso. Os programas voltados à proteção dos acervos naturais vivos passaram a considerar o homem e as suas práticas culturais. O Programa “O Homem e a Biosfera”, criado pela UNESCO em parceria com a IUCN<sup>6</sup>, foi um dos primeiros a traçar uma relação transversal entre o homem e a natureza (UNESCO, 1993, p. 5). Criado em 1957, o Programa voltava-se, inicialmente, para a gestão de áreas de conservação da natureza conjugadas a atividades humanas ancestrais, como o pastoreio e o extrativismo para o auto-sustento. Posteriormente, o mesmo Programa passou a voltar-se, também, para áreas urbanas que se justapunham a importantes acervos naturais. A vertente física deste Programa são as Reservas da Biosfera – unidades de conservação da na-

tureza onde o Programa O Homem e a Biosfera é aplicado.

Após mais de vinte anos do surgimento do “museu integral” e da “ecomuseologia”, em 1984, foi feita a Declaração de Québec. A Declaração manifestou não somente a existência mas a maturidade de uma museologia diferenciada da tradicional e reforçou as mudanças que se haviam processado até então. Alegando ser a Nova Museologia uma “museologia ativa”, que contribui para o “auto-conhecimento” e o “desenvolvimento socioeconómico das populações”, a Declaração de Québec provocou a criação de um Comité representivo dentro do ICOM. Mesmo enfrentando resistências, foi constituído o MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Apesar do nome, o MINOM tornou-se o representante dos museus comunitários, dos museus rurais, das iniciativas museais individuais e dos museus locais, que constituem uma tipologia de museus dentro da diversidade de tendências que surgem na Nova Museologia.

A crescente participação de países fora do circuito Europeu nos debates do património trouxe destaque às diversas formas de expressão cultural que não se enquadravam nos padrões vigentes de então, maioritariamente de índole europeia. As culturas indígenas e os seus saberes tradicionais – frequentemente em estreita relação com os bens da natureza e com os seus sítios de assentamento, e as inúmeras manifestações culturais de carácter imaterial – como danças e festejos, também em estreita relação com o ambiente que os possibilita, ganharam destaque. Esta percepção homem-cultura-meio

como uma amálgama apontou para a necessidade de novos instrumentos de gestão do património. A Carta de Burra, o Documento para a Gestão do Turismo em Sítios de Significado Cultural, a Declaração de Xi’an e, a mais recente, a Carta de Siena, produzida no âmbito da museologia, são documentos que incidem na relação homem-património-meio. A Declaração sobre a Diversidade Cultural e o Documento para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial participam também neste processo, trazendo as percepções contemporâneas sobre os bens patrimoniais.

A Carta de Burra, ou Carta para Sítios de Significado Cultural (ICOMOS, 1999), resultou dos novos olhares acerca da relação intrínseca entre a cultura e o meio ambiente. Inspirada nas questões que envolvem a conservação de sítios onde se inserem culturas autóctones da Austrália, a Carta apresenta como “sítios de significado cultural” os “naturais, indígenas e históricos que contenham valores culturais” (Preâmbulo). Incluem-se aí as unidades de conservação da natureza – também criadas com base em valores culturais estabelecidos pelo homem (Prats, 1998). Os sítios surgem definidos como “monumentos, árvores, jardins, parques, praças onde se tenha passado algum acontecimento histórico, áreas urbanas, cidades, sítios industriais, sítios arqueológicos e sítios espirituais e religiosos” (Art. 1.1 e Notas explicatórias). Ao destacar e melhor definir os “sítios», a Carta de Burra transfere o enfoque do monumento edificado, do objecto fabricado ou da cultura material para o meio ambiente, tanto o urbano quanto o natural. O destaque conferido ao “significado cultural” estabelece como relevan-

tes os fenómenos sociais que o constroem – os usos, a história, as associações, o entorno, os valores – e os atores sociais que neles participam. O significado cultural torna-se o factor condutor das ações de conservação, restauro e gestão dos sítios patrimoniais – “poderá ser necessário modificar as mudanças propostas para uma melhor preservação do significado cultural” (Art. 27.1).

A Carta de Burra contribuiu, também, para situar o património no presente. Se a compreensão do património e do seu significado deve ser feita a partir de consultas às comunidades (Art. 12 e 26.3), as percepções recolhidas serão provenientes dos indivíduos e comunidades vivas. O património passa a ser percebido, então, não somente como um bem que resistiu a um tempo passado, mas como a materialização de processos culturais que se manifestam através da participação atual e ativa dos atores sociais viventes.

O documento que serviu de base para a Carta de Burra – a Carta de Veneza de 1964, ou Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, apesar de ter sido produzido em meio ao movimento ambientalista e de considerar os “sítios”, ainda não os definia, nem ressaltava a importância da relação entre os sítios e os atores sociais. O contexto de produção da Carta de Burra mostra-se muito diferente do contexto da Carta de Veneza; ele conta com a experiência consumada do deslocamento dos monumentos da Barragem de Aswan e o já estabelecido ICOMOS<sup>7</sup>.

Num mundo cujas distâncias e fronteiras passam a ser transpostas com mais facilidade e ra-

pidez, os valores e significados que participam na passagem das heranças culturais vêem-se fragilizados. O turismo, favorecido pela evolução dos meios de transporte e intensificado na segunda metade do século XX, desperta para a iminência dos conflitos de valores entre as diferentes culturas e para a deterioração física dos bens patrimoniais. As comunidades que mantêm vivos os significados do património têm as suas práticas culturais desafiadas por oportunidades de ganhos financeiros. A adaptação a novos usos e costumes que se impõem pelo turismo coloca em causa aqueles mesmos valores culturais que promoveram o bem cultural a património. Estas ameaças do turismo – citado na Convenção de Estocolmo de 1972 como um factor de risco para o património, inspiraram a Carta Internacional para a Gestão do Turismo, produzida no México (ICOMOS, 1999). As estratégias de consciencialização dos valores culturais são apontadas como a base para a conservação do património (Princípio 1.3). Os programas de interpretação ganham destaque e recomenda-se o uso de “meios pedagógicos estimulantes” que atendam aos diferentes grupos de atores sociais – visitantes, comunidade de acolhimento, e minorias culturais e linguísticas (Princípio 1). Sugere-se a criação de “itinerários específicos” (Princípio 3) e a “gestão dos fluxos de visitantes” (Princípio 6) para a redução dos impactos a acervos sensíveis, e para a distribuição equilibrada dos benefícios na comunidade de acolhimento. A distinção dos atores sociais em diferentes grupos revela a percepção da diversidade dos públicos – factor assumido na Nova Museologia para o desenvolvimento de programas interpretativos dos seus acervos.

A diversidade de linguagens e de meios para a abordagem das coleções – sistemas audiovisuais, sinalética, mapas, e percursos temáticos –, tornaram-se amplamente empregues como meios de aproximação entre os públicos e as coleções. Também denominados “programas educativos” ou “de mediação patrimonial”, os programas de interpretação têm a sua origem como plano estratégico de consciencialização para a conservação do património no contexto de conservação do património natural. A interpretação dos processos da natureza em linguagens acessíveis aos públicos, o uso de dispositivos facilitadores de explicações e programas especialmente direccionados ao público infantil são parte das práticas adoptadas nos Parques Nacionais Norte Americanos<sup>8</sup> desde a década de 1960.

O enfoque na divulgação dos valores culturais do património demonstra que as atenções recaem sobre os públicos e não mais sobre o património em si. A busca de equilíbrio entre as necessidades diversas – dos atores sociais, da conservação do património, e do bem estar do meio ambiente revela a aspiração a um turismo de carácter sustentável.

O crescimento das cidades e a pressão exercida sobre as paisagens, sobre os itinerários e sobre os edifícios patrimoniais – processo acentuado no fim do século XX, provoca a produção de um terceiro documento, que forma com os dois documentos anteriores uma espécie de tríade para a conservação do património natural – a Declaração de Xi’an para a Conservação do Entorno de Estruturas e Sítios e Áreas Patrimoniais (ICOMOS, 2005). A tardia Revo-

lução Industrial da China<sup>9</sup> e as consequências do processo de industrialização na cidade de Xi'an estão no pano de fundo da produção desta Carta, que considera como base, entre outros, a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (UNESCO, 2003), abordada adiante. O entorno dos bens patrimoniais é visto aqui como zona de respeito que requer proteção e deve ser monitorada e percebida de forma holística (temas 1 e 2). As mudanças manifestadas através de contaminação química e/ou acústica ou distorção visual do espaço, resultantes de usos ou ocupações indevidas ou desordenadas, devem ser criteriosamente acompanhadas a partir de competências multidisciplinares e de indicadores mensuráveis (temas 3). As autoridades governamentais ou não governamentais, às quais se dedica a Carta, são apontadas como as responsáveis por planear e regular o equilíbrio do meio ambiente que circunda os bens patrimoniais (tema 5).

A percepção de património, agora, transpõe o bem tangível, os atores sociais e os seus valores culturais e passa a incorporar um contexto mais alargado – o património pertence a um meio ambiente no qual e com o qual estabelece relações dinâmicas. Estas relações – de “carácter social, espiritual, cultural e económico” devem ser compreendidas, monitoradas e também planeadas (tema 4) multidisciplinarmente ao longo do tempo. O património é o resultado de contextos que se processam além dos seus limites físicos ou dos aspectos intangíveis que se relacionam diretamente com ele – ele é o reflexo, também, de uma rede de manifestações de índoles diversas que “habitam” o seu

entorno e que fazem pontes com o passado, o presente e o futuro.

A Carta de Burra, o Documento para a Gestão do Turismo e a Declaração de Xi'an, complementam-se e formam uma espécie de três camadas em cujo centro está o património. A Carta de Burra incide sobre os factores abstratos directos – valores e significados que construíram o património e que dão sentido à sua existência. Esta é a camada mais próxima do bem patrimonial. Na segunda camada, e intermediária, está a Carta Internacional para a Gestão do Turismo, incidindo na mediação entre o património e os atores sociais. O terceiro documento, a Declaração de Xi'an, incide sobre o ambiente que abriga todo o conjunto. Com estes três documentos gerados pelo ICOMOS, o património não é apenas um bem material, ele é um sistema de elementos interligados – “Património-Indivíduos-Ambiente”.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, a rápida e massiva circulação de capitais, mercadorias e produtos, e a agilização da comunicação que se dá através do desenvolvimento das tecnologias digitais, anunciam a tendência à “transculturalidade”. A fim de buscar respostas para esta “globalização” do mundo, a UNESCO produziu dois documentos que respondem às novas dinâmicas que se impõem – a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

A Declaração de 2001 aposta numa “aldeia global” diversa e plural. Destacando a importância da diversificação das manifestações culturais e

do pluralismo das vozes, este documento flexibiliza as fronteiras e assume as trocas como parte do processo de criação e de construção do mundo (Art. 2). Grupos antes sem acesso aos sistemas de divulgação e apoio à cultura – mídias, espaços culturais e suporte financeiro –, passam a ser valorizados e a ter um instrumento que os reconhece como participantes na vida cultural. Há uma transposição de fronteiras, não somente físicas, mas também socioeconômicas e socioculturais que aponta para uma “expansão da cultura”. A difusão das tecnologias de informação e das mídias digitais contribui para a democratização da informação e transposição destas fronteiras, e as novas tecnologias surgem incorporadas aos processos culturais como forças participantes em dinâmicas de trocas locais e internacionais.

Enquanto a Declaração de 2001 assume as trocas como parte da construção do mundo, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ou PCI, tem como motivação a salvaguarda da vertente imaterial do patrimônio do processo de globalização. As danças, músicas, os saberes tradicionais, os festejos, os rituais e todas as formas de expressões culturais de caráter imaterial são abrangidas pelo documento. O PCI é o culminar de um longo processo – em 1989, a Bolívia produziu o “Documento para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore”, e em 1997 o “Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial” foi a primeira tentativa de inventariação deste tipo de patrimônio criada pela Unesco. Confirmando que todo o patrimônio incorpora as duas dimensões – a material e a imaterial, o PCI abrange o universo das “representações,

expressões, conhecimentos e competências” e também os “instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais” que lhes estão associados (Artigo 2º: Definições - 1). A condensação das componentes concretas e abstractas que constituem o património são uma importante contribuição do PCI, que reconhece, também, o carácter dinâmico das heranças patrimoniais e a sua constante recriação .

O mundo interligado pelas redes digitais facilitou e agilizou as trocas culturais, como também a intersecção de valores, de ideias, de projetos e interesses. A museologia, como área multidisciplinar e transversal, destaca-se como campo de intersecção entre as diversas áreas que se relacionam com a conservação do património. E os museus, como espaço físico, surgem como ambientes que possibilitam as manifestações culturais do presente, construindo pontes com as manifestações culturais do passado (Duarte, 2010, p. 58). A percepção da museologia e dos museus como catalisadores da vida cultural de um sítio inspirou a produção da Carta de Siena – Museus e Paisagens Culturais. Produzida em 2014 no âmbito da Museologia – pelo ICOM, a Carta de Siena apresenta os espaços museológicos como “centros territoriais de proteção activa do património cultural” (tópico 4). Detentores de competências para atuar no contexto contemporâneo, estabelecendo redes e parcerias com entidades individuais ou coletivas, com instituições públicas ou privadas, os museus assumem-se como o ponto de confluência da paisagem cultural do seu entorno. Olhando para além do seu próprio acervo – para o território, para os bens patrimoniais, para os atores sociais, para as instituições e o meio ambien-

te –, a Carta de Siena destaca os museus como centros gestores da “paisagem cultural” do seu local de inserção e como promotores das sinergias das “comunidades de paisagem”.

A palavra “paisagem”, que antes denotava principalmente ambientes naturais, assume agora as alterações trazidas pela presença humana, transformando-se em “paisagem cultural”. E o homem, antes percebido como um ser estranho à natureza, surge como parte dela, compondo as “comunidades de paisagem”. O museu incorpora assim o território que o cerca, confirmando e aprofundando a influência que a Nova Museologia traz do movimento ambientalista.

## CONCLUSÃO

O reconhecimento da natureza como património, em 1972, transferiu o foco do bem patrimonial material, monumental e fabricado para o homem e o meio ambiente. A nova ordem mundial e o estabelecimento do conceito de “desenvolvimento sustentável” alterou o princípio da “preservação” para o princípio da “conservação”. A gestão do património flexibilizou-se às mudanças de um mundo mais populoso, com processos de comunicação e transporte mais rápidos, e com necessidades de uso dos recursos patrimoniais aumentadas. A divulgação dos valores culturais e o uso do “discurso autorizado do património” (Smith, 2006), construindo valores e significados, passaram a ser ferramentas empregues na conservação dos recursos patrimoniais.

A Nova Museologia respondeu a essas mudanças com museus abertos aos públicos e ao seu

entorno, criou os museus de território e destacou as funções sociais dos museus. As técnicas expositivas foram renovadas, criou-se programas interpretativos, envolveu-se as comunidades do entorno e percebeu-se que a visita ao museu deve ser uma experiência de aprendizagem e de prazer.

A museologia contemporânea, com a Carta de Siena, aprofunda a sua relação com o meio envolvente e com os atores sociais, e coloca o museu como o pólo dinamizador e gestor da paisagem cultural e das comunidades de paisagem do seu sítio de inserção.

## NOTAS

1. Ou “PNUMA” – acrónimo empregue na região da América Latina e Caribe, seguindo a versão das línguas latinas “Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente”.
2. Preservação da natureza: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Brasil).
3. O Relatório Brundtland surgiu como resultado da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (World Commission on Environment Development) – uma comissão organizada pelas Nações Unidas em 1983. O objetivo da comissão foi gerar um relatório sobre meio-ambiente e questões do desenvolvimento internacionais, propondo diretrizes para os anos posteriores. A comissão foi presidida por Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega, e composta por uma equipe de membros de 22 países (Oliveira, 2012).
4. A expressão é empregue para o período pós Guerra Fria (1989), quando se dá a intensificação do capitalismo. Ocorrem a ampliação dos mercados consumidores, a concentração de capitais na iniciativa privada e a intensificação da circulação de capitais entre países (InfoEscola).

Hees, Luciana Justiniani (2017). Do “crescimento zero” às “comunidades de paisagem”: A influência do movimento ambientalista na Nova Museologia. *Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 6, pp. 13-26.

5. Outros documentos resultantes desta conferência são a Convenção Sobre a Biodiversidade, os Princípios para a Gestão de Florestas, o Enquadramento da Convenção em Mudanças Climáticas – que conduziram ao Protocolo de Kioto, e a Agenda 21 (UNECE, 2016).

6. IUCN - *International Union for Conservation of Nature*.

7. A mesma conferência na qual foi gerada a Carta de Venezuela, em 1964, gerou também o Conselho Internacional

dos Monumentos e Sítios - ICOMOS, que vem a ser o autor da Carta de Burra, quinze anos mais tarde (data da sua primeira edição).

8. A Mission 66, implementada de 1956 a 1966, estabeleceu os programas interpretativos como parte da recepção dos públicos nos Parques Nacionais Norte Americanos. O público infantil recebiam programas que lhes eram especialmente adaptados.

9. Iniciada na década de 1960.

## REFERÊNCIAS

Brandão, T. (2014, abril 2). Para uma compreensão histórica da problemática ambiental: pressupostos e implicações políticas. Recuperado 5 de fevereiro de 2016, de <http://www.historiaambiental.org/para-uma-compreensao-historica-da-problematica-ambiental-presupostos-e-implicacoes-politicas/>

Davis, P. (1999). *Ecomuseums: a sense of place*. London : New York: Leicester University Press.

Duarte, A. (2010). O Desafio de Não Ficarmos Pela Preservação do Património Cultural Imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1*, pp. 41-61; 58.

Geertz, C. (1973). *A interpretação das culturas*. LTC.

Gotoh, S., & Udoguchi, A. (1993). Japan's Policies on Soil Environment Protection - History and Present Status. In F. Arendt, G. J. Annokkée, R. Bosman, & W. J. V. D. Brink (Orgs.), *Contaminated Soil'93* (pp. 3-10). Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-011-2018-0\\_1](https://doi.org/10.1007/978-94-011-2018-0_1)

Grieger, A. (2012). Only One Earth: Stockholm and the Beginning of Modern Environmental Diplomacy | Environment & Society Portal. Recuperado 13 de fevereiro de 2016, de <http://www.environmentandsociety.org/arcadia/only-one-earth-stockholm-and-beginning-modern-environmental-diplomacy>

Hachiya, N. (2006). The History and the present of Minamata disease - Entering the second half a century. *JMAJ - Japan Medical Association Journal*, 49 N°.3, pp. 112-118.

- Hughes, J. D. (2001). *An environmental history of the world humankind's changing role in the community of life*. London; New York: Routledge. Recuperado de <http://site.ebrary.com/id/10096549>
- ICOMOS. (1999). Carta de Burra.
- Junior, J. do N., Trampe, A., & Santos, P. A. dos (Orgs.). (2012). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília.
- Ministry of the Environment, Government of Japan. (2014). *History and Current State of Waste Management in Japan*. Japan.
- Moran, E. F. (2010). *Environmental social science: human-environment interactions and sustainability*. Malden, Mass: Wiley-Blackwell.
- Oliveira, L. D. (2012). Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. *Revista Continentes*, (ano 1, n. 1), pp. 72-96.
- Prats, L. (1998). El concepto de patrimonio cultural. In *Política y Sociedad* (Vol. 27, pp. 63-6). Madrid: Universidad de Barcelona.
- UNECE. (2016). Sustainable development - concept and action. Recuperado 22 de outubro de 2016, de [http://www.unece.org/oes/nutshell/2004-2005/focus\\_sustainable\\_development.html](http://www.unece.org/oes/nutshell/2004-2005/focus_sustainable_development.html)
- UNESCO. (1972). *UNESCO World Heritage Centre - The World Heritage Convention*. Recuperado 27 de fevereiro de 2016, de <http://whc.unesco.org/en/convention/>
- UNESCO. (1993). *The Biosphere Reserve -25 years later*. UNESCO.
- UNESCO. (s/d.). *The Rescue of Nubian Monuments and Sites : UNESCO-CULTURE*. Recuperado 9 de fevereiro de 2016, de [http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL\\_ID=24168&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=24168&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)
- US EPA. (s/d.). *Emissions | Climate Change*. Recuperado 3 de fevereiro de 2016, de <http://www3.epa.gov/climatechange/ghgemissions/>